

# A presidência portuguesa e o sector do leite



Rui Leite

Presidente da ANL - Associação Nacional dos Industriais de Lactínicos

A Comissária Europeia da Agricultura, Mariann Fischer Böel, anunciou, em meados de 2006, que, durante 2008, se realizaria o que se convencionou chamar de "Health Check" da Política Agrícola Comum. Esse exercício - que, muito previsivelmente, assumirá o formato de uma nova reforma intercalar - cobrirá um conjunto alargado de matérias e contará com duas palavras-chave: "simplificação" e "liberalização". O pano de fundo em que se desenrolará, terá duas fortes marcas impressivas: as negociações da Organização Mundial do Comércio e as Perspectivas Financeiras para o pós-2013 e usando as sucessivas declarações da própria Comissária, o sector leite estará no centro das atenções

O facto de ser um dos últimos sectores agro-alimentares cuja Organização Comum de Mercado (OCM) não foi ainda objecto de uma profunda reforma, adicionado da circunstância do principal pilar da OCM ser um sistema de controlo da produção - o conhecido regime de quotas leiteiras - tão a contra-gosto das correntes mais liberais, torna a fileira do leite como o alvo favorito de um novo posicionamento da União Europeia.

Fazer aquele anúncio em Junho do ano passado, fez de imediato movimentar todos os sectores, todas as instituições, todos os governos abrangidos e, em poucos meses, multiplicavam-se já as teses, as opções, as alternativas de posicionamento... A própria Comissão Europeia foi antecipando sucessivamente os prazos em relação à apresentação dos documentos enquadramentos do Health Check, sendo que os mesmos deverão começar a circular no início do segundo semestre, se não mesmo já no mês de Junho.

Assim, quando o nosso Ministério da Agricultura pensava que teria seis meses para se 'entretar' com as reformas das OCM's do Vinho e dos Hortofrutícolas, na expectativa de uma participação discreta no âmbito da Presidência Portuguesa, eis que este novo quadro abre outras perspectivas e irá dar à Agricultura um novo protagonismo.

Do ponto de vista do sector do leite, o Health Check e a própria Presidência trarão consigo a grande discussão relativa ao eventual desmantelamento do sistema de quotas leiteiras e às formas como o tecido produtivo e industrial reagirão a um cenário de liberalização da produção, sendo que uma das consequências



potenciais mais temidas é o abandono produtivo e a subsequente dificuldades de abastecimento das unidades industriais nacionais.

Questão essencial na preparação das posições nacionais parece, pois, ser nesta altura, a de conseguir, de alguma forma, quantificar o impacto que as várias dificuldades que o sector enfrenta poderá ter ao nível do incremento daquele abandono e de que forma ele poderá condicionar o abastecimento do conjunto das unidades de transformação espalhadas pelo nosso país, colocando potencialmente em causa a fileira do leite no seu todo.

Observando com maior atenção o Sistema de Quotas, parece linear constatar o seu valioso contributo para a adequação da oferta à procura, permitindo uma substancial diminuição da produção de excedentes e uma razoável estabilidade dos preços e sustentabilidade dos rendimentos, possibilitando ganhos de produtividade e potenciando investimentos quer ao nível das explorações quer da indústria.

Ao invés, permitiu também a cristalização de situações de desequilíbrio no interior da própria UE, com a existência de países em que a produção é altamente excedentária em relação ao consumo dos seus mercados na-

cionais, enquanto noutros, a produção é fortemente deficitária. Além disso, a atribuição de quota efectuada aos novos Estados membro pode constituir-se, a curto prazo, como um factor adicional de tensão sobre o sistema de quotas.

Em cada reforma da PAC a continuidade das quotas leiteiras tem sido questionada. Os opositores têm sido quase sempre os mesmos, sendo que tem sido a posição do eixo franco-alemão o mais forte garante da respectiva manutenção. No entanto, o actual executivo alemão parece ter caído definitivamente para o lado dos opositores do sistema, criando um desequilíbrio (ou um novo equilíbrio) entre as posições em confronto a que se junta a forma como este dossier será encarado pelos novos Estados-membro.

Que propostas esperar, então, no âmbito do Health Check? O desmantelamento imediato do sistema de quotas ou a garantia tão depressa quanto possível (ainda em 2008) do desmantelamento em 2015? E nesta última opção, há referências a um 'soft landing' na perspectiva de 2015, mas essa aterragem suave ocorrerá daqui até 2015 ou terá lugar apenas no pós 2015?

Face às informações disponíveis, parece seguro que se tentará garantir, sem hipótese de renegociação posterior, o desmantelamento do sistema de quotas em 2015, mas que também tudo será feito para antecipar o período de transição, ou seja a tal 'aterragem suave', que começará a produzir efeitos logo em 2009 e prolongar-se-á até 2015.

Continuo a ter muitas dúvidas sobre a 'suavidade' dessa aterragem e suas consequências imediatas no equilíbrio de mercado!!... Algumas das possibilidades equacionadas passam, por exemplo, pela redução substancial do valor da multa do regime de Imposição Suplementar; pelo aumento gradual percentual das quotas dos vários Estados-membro; pela possibilidade de transacção de quotas entre produtores de diferentes países e/ou pela compensação das ultrapassagens nacionais de quotas entre os vários Estados-membro. Estas possibilidades poderiam ser accionadas de forma isolada ou conjugada.

A concretizarem-se as propostas de transição – a mais provável das quais a combinação do aumento gradual das quotas nacionais com a redução do valor das multas decorrentes da sua ultrapassagem – parecem ser óbvias várias consequências, como sejam o 'relaxar' da disciplina de produção; o aumento substancial dessa mesma produção; a rápida criação de excedentes; a desvalorização do preço do leite; a depreciação do valor da quota; o fomento do abandono da produção e a acentuação rápida dos diferenciais de competitividade entre regiões, entre países...

#### Manter sistema de quotas leiteiras

Os maiores defensores da liberalização do mercado lácteo comunitário são a Holanda e a Dinamarca e, por razões distintas, o Reino Unido. O objectivo pretendido não está sequer escondido atrás de nenhuma tática especial. A pretensão é simples: num cenário de rápido desmantelamento das quotas e livre produção, as entregas nesses países tenderão a aumentar e os preços à produção no interior da União Europeia deverão cair para níveis mais próximos dos do mercado mundial. Desta forma, e em face do previsível abandono produtivo que se verificaria nas áreas consideradas menos competitivas (basicamente todo o Sul da Europa), pela respectiva incapacidade de produzir a esse novo nível de

preços, os produtos daqueles países encontrariam nos mercados 'maduros' da Europa do Sul um espaço natural (e bem remunerado) para a sua comercialização.

Estudos desenvolvidos por universidades holandesas e instituições dinamarquesas defendem que Portugal (com excepção provável dos Açores) e muitas outras regiões europeias deveriam abdicar da produção de leite por a mesma ser mais competitiva em países como a Holanda, a Irlanda, a Dinamarca, a Polónia, os Estados Bálticos, algumas zonas da Alemanha ou o Norte de França.

No entanto, quando a análise extravasa o espaço Europeu, esses estudos não o referem mas mesmo aqueles países deveriam abdicar da produção leiteira por não conseguirem ser competitivos face, por exemplo, à Nova Zelândia e à Austrália, os quais, por seu lado, estão actualmente a desenvolver estudos que demonstram que eles próprios não conseguem ser competitivos face às condições de produção da Argentina, do Uruguai ou do Sul do Brasil...

A competitividade para além do que tem de comparativo dentro de si, é também, por definição, um conceito dinâmico e se factores há que pela sua natureza, dificilmente podem ser invertidos, existem outros em que, com arte e engenho, capacidade e perseverança, se pode 'correr' mais depressa que os nossos competidores, queimar etapas que outros fizeram com resultados menos positivos (é a vantagem de partir depois) e, acima de tudo, potenciar os aspectos onde podemos ter ganhos de eficiência mais significativos. O sector de lacticínios acaba por se constituir como um bom exemplo disso mesmo.

Por tudo o que foi referido atrás, não haveria dúvidas quanto à necessidade do nosso país defender, sem hesitações, a manutenção do sistema de quotas até 2015 e mesmo, na medida do possível, o prolongamento do sistema para lá de 2015. Importante seria também – no caso de concretização do desmantelamento – adiar, tanto quanto possível e preferencialmente para depois de 2015 a implementação das medidas de transição rumo à total liberalização do sector. Nesta última hipótese (a do desmantelamento) será importante defender a implementação de mecanismos de resgate/indemnização das quotas atribuídas aos produtores.

Essa será a forma mais eficaz de defender

um conjunto de interesses básicos da fileira do leite nacional, como sejam o direito à manutenção de uma estrutura produtiva que permita, pelo menos, o abastecimento da nossa estrutura de transformação e o nosso mercado, o direito a alguma dignidade da actividade produtiva, visando a manutenção no activo de um número suficiente de explorações leiteiras e o direito à consolidação dos investimentos feitos no sector transformador, a rentabilização desse 'património' industrial e manutenção dos postos de trabalho associados. E Portugal não está isolado nesta luta...

De qualquer forma, mesmo que o resultado final seja o efectivo desmantelamento do sistema de quotas leiteiras a partir de 2015, parece claro que a existência de um bloco concertado de países que se manifestem em sentido distinto, no mínimo influenciará todo o processo de transição para o livre mercado, quer num sentido de um maior abrandamento daquele 'soft landing', quer no sentido de um maior cuidado com a monitorização dos equilíbrios do mercado lácteo.

"A melhor defesa é o ataque", pois se é verdade que a Comissária Fischer Boël teve o mérito (do ponto de vista das teses que defende) de conseguir que todo o sector à escala europeia esteja já a discutir os cenários de transição e o pós-quotas, como se houvesse já sido definitivamente decidido que o seu prolongamento não se efectuará, é também verdade que aos Estados-membro cabe desvalorizar essa pretensão e recentrar a discussão no SIM ou NÃO ao prolongamento do sistema de quotas. E a este nível, não nos parece que Portugal possa apenas colocar-se na sombra de posições de outros Estados-membro, esperando para ver o que pode ganhar, quando o que está em causa é o muito que poderá perder...

Este dossier irá assumir um espaço muito relevante no semestre da nossa Presidência e bom seria que usássemos o 'suplemento' de influência que a presidência sempre confere para tentar defender a nossa dama. Como bom seria também que fosse aproveitado o conhecimento que sobre este dossier foi sendo construído, dentro e fora da administração, não se caindo na tentação de elaborar nos corredores do Ministério uma posição nacional ao arripio dos interesses do sector e do que vem sendo sucessivamente defendido pelas suas organizações mais representativas.